

DIÁLOGO PARA RESOLUÇÃO DO CONFLITO EM CABO DELGADO

Ganhar os corações e as mentes das comunidades, privilegiar o diálogo à confrontação e não colocar os negócios acima dos direitos humanos é fundamental para resolver o conflito

- Durante dois dias, quarta e quinta-feiras, académicos e especialistas de várias áreas, representantes do sector privado, da sociedade civil, dos governos central e provincial, das forças militares e das comunidades discutiram em Pemba iniciativas de resolução do conflito em Cabo Delgado - que já causou a morte de cerca de três mil pessoas e o deslocamento forçado de mais de 800 mil.



Organizado pelo CDD no âmbito da Plataforma de Diálogo para a Resolução do Conflito em Cabo Delgado, o workshop tinha como objectivo providenciar uma plataforma multi-sectorial para um diálogo aberto e inclusivo de resolução do conflito, e que encoraja “soluções locais para problemas locais” com vista a promover a estabilidade e reduzir o risco de violência nas comunidades.

No primeiro dia, o foco do debate era a necessidade de negociação como forma de resolução do conflito e a exploração de alternativas positivas ao extremismo violento, enquanto no segundo dia as discussões estavam viradas para a questão de responsabilização das forças militares nacionais e estrangeiras destacadas para Cabo Delgado para combater os extremistas violentos.

Em representação do Ministério da Defesa Nacional, parceiro do CDD nesta iniciativa, a Directora Nacional Adjunta da Política de Defesa, Maria Isabel Francisco, defendeu que uma resolução de conflito deve estar baseada na inclusão de todas as forças vivas da sociedade. E este pressuposto reflecte, nas suas palavras, a necessidade de se aprofundar o conhecimento das causas do conflito que afecta os distritos do norte de Cabo Delgado, desde finais de 2017.

A Directora Nacional Adjunta da Política de Defesa fez questão de sublinhar que o Ministério da Defesa Nacional tem presente as suas responsabilidades na defesa da soberania nacional e da integridade territorial, através da implementação da política de defesa nacional. “É verdade que cada um pode ter a sua perspectiva de paz e de conflito, mas é certo e acreditado que a paz e a segurança são uma urgência. Não se pode adiar a vida, adiar a vida é adiar o desenvolvimento”, disse Maria Isabel Francisco.

O Director do CDD, Adriano Nuvunga, fez a contextualização do evento explicando que “onexo desenvolvimento, paz e segurança impõe que depois da estabilização, segue-se para uma questão fundamental: como explorar as iniciativas locais e o potencial de participação dos actores locais na abordagem do extremismo violento”. Nuvunga fez questão de lembrar que não obstante a importância inegável das intervenções militares na estabilização, elas não abordam as raízes do conflito, em certos momentos da sua actuação, acabam exacerbando algumas causas que provocaram a situação de instabilidade. Isso torna fundamental não só a responsabilização das forças militares, mas também e sobretudo a necessidade de explorar alternativas de resolução do conflito.

Aliás, o conselheiro do CDD, Richard

Rands, interveio na mesma linha, ao defender que as forças militares são fundamentais na criação de condições de segurança, mas chega um momento em que a sua presença já não faz sentido. É nesse momento em que é preciso activar as alternativas de resolução do conflito. “Em Cabo Delgado vamos chegar a um ponto em que a presença de forças militares estrangeiras já não fará sentido, por isso é importante começarmos agora a explorar as alternativas de resolução do conflito. O diálogo inclusivo é uma ferramenta importante. Podemos trabalhar numa plataforma de coordenação que responda aos diversos desafios em Cabo Delgado”.

Para Richard Rands, é importante que todas as forças militares e de segurança conquistem a confiança das pessoas que estão a defender. “Ganhar os corações e as mentes das comunidades, estarem juntos pelo mesmo propósito, é uma ferramenta vital para resolver o conflito. Se as forças militares e as comunidades estão juntas numa missão, significa que conseguem trabalhar juntas no combate contra o extremismo violento”. O conselheiro do CDD advertiu que se as forças militares são vistas como parte do problema e se estiverem a cometer violação contra direitos humanos, não só não haverá confiança, como vai aumentar a violência.

“Resolução de violações de direitos humanos deve ser por via do diálogo e não de confrontação”, Richard Rands, especialista e conselheiro do CDD

No âmbito da Plataforma de Diálogo para a Resolução do Conflito em Cabo Delgado, Richard Rands propõe a criação de mecanismo de monitoria de direitos humanos na província. A primeira tarefa seria a produção de um relatório de base, através do mapeamento de vários actores envolvidos. “É importante saber como é que esses actores pensam, falo das forças militares, dos líderes das comunidades, das instituições do Estado, do sector privado e de alguns detidos na sequência do conflito. É importante saber se existe uma consciência local sobre os direitos humanos, se existe um mecanismo judicial para dar seguimento a denúncias de violação de direitos humanos, se o Estado está a supervisionar a actuação das forças militares, se os meios de comunicação social são livres de informar sobre violações de direitos humanos, como é que as forças militares



nacionais e estrangeiras comunicam entre elas. Este trabalho de mapeamento de quem é quem deve ser transparente e acessível a todos os actores”.

Em segundo lugar, Richard Rands falou de mecanismos de monitoria de direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário, apontando para os meios de comunicação social e as redes sociais como ferramentas que podem ser usadas para o efeito. “As forças militares, o sector privado e os líderes locais também são fontes de monitoria de direitos humanos. Temos também os deslocados que podem ser importantes na disponibilização de informação”. Um dos aspectos importantes é a necessidade de proteger as fontes de informação e de conduzir uma investigação plena em relação às denúncias sobre violação de direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário. “Os resultados devem

ser documentados e partilhados com organizações internacionais e com todas as entidades que podem ter contribuído na resolução do problema identificado”.

O terceiro momento é a resolução dos problemas identificados. Richard Rands alerta que a resolução deve ser por via do diálogo e não da confrontação para evitar a culpabilização. “A ideia não é discutir quem é mais culpado. Não é isso que se pretende. A ideia é resolver os problemas através de diálogo aberto e não através de confrontação”. O especialista sugere um comité de avaliação baseado em

Pemba, onde estariam representados o Ministério da Defesa Nacional, as Forças de Defesa e Segurança moçambicanas, o governo de Cabo Delgado, a Procuradoria-Geral da República, a Comissão Nacional de Direitos Humanos, as comunidades locais, as forças militares estrangeiras e as confissões religiosas.

Este comité teria como observador o Comité Internacional da Cruz Vermelha, que é o organismo com mandato para fazer a monitoria da aplicação do Direito Internacional Humanitário. “O principal objectivo do comité é dar uma resolu-

ção ou assumir que foram registadas situações de violação de direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário e que medidas serão tomadas. O comité deve deliberar em função de cada violação. Enquanto estamos a melhorar e a verificar o cumprimento de direitos humanos e do Direito Internacional Humanitário, estamos a aumentar a relação entre as comunidades, as forças militares e os representantes governamentais, e a sociedade fica coesa. Este pacto social é uma das formas essenciais de prevenção do alastramento do conflito”.

“Os negócios nunca podem ser mais importantes do que as pessoas, o Estado jamais deve esquecer os direitos humanos em prol dos negócios”, Anton Bonnici, especialista e conselheiro do CDD

Anton Bonnici começou por alertar que o investimento em Cabo Delgado avaliado em cerca de 50 mil milhões de dólares só irá acontecer se beneficiar as pessoas. “Não há nada nos negócios que justifique a não protecção dos cidadãos pelo Estado. Os negócios nunca podem ser mais importantes do que as pessoas, o Estado jamais pode esquecer os direitos humanos em prol dos negócios”. Para o especialista e conselheiro do CDD, não há nenhuma justificação para que um investimento privado seja considerado mais importante do que a protecção de direitos humanos e do investimento socioeconómico nas pessoas. “O investimento privado têm obrigação de respeitar os direitos de pessoas. Os negócios têm obrigação de trabalhar com o Estado para melhorar a qualidade da vida dos cidadãos”. Anton Bonnici defende que as empresas não devem fazer negócios se não têm capacidade de remediar e compensar as perturbações criadas pelos seus investimentos. “O princípio de reparação é fundamental. A sociedade civil tem obrigação de exigir a remediação. Já dissemos que a justiça é imperfeita, mas trabalhar com a sociedade civil ajuda o Estado e as empresas a encontrar formas de justiça menos imperfeitas. O Estado tem a responsabilidade de pro-



teger os direitos humanos, as empresas têm a obrigação de respeitar os direitos humanos, de apoiar mecanismos de efectivação de direitos humanos e prover a reparação”.

O especialista e conselheiro do CDD defende ainda que as empresas internacionais devem fazer avaliação de riscos, e se houver risco de violação de direitos humanos elas devem tomar acções para que isso não aconteça. “O que acontece é que as coisas estão sempre a mudar. Por exemplo, Cabo Delgado não estava

assim há cinco anos, por isso a avaliação de riscos deve ser permanente. E as empresas devem trabalhar com a sociedade civil na avaliação de riscos. À medida que vai investindo na sua capacidade militar, o Estado moçambicano deve investir, ao mesmo tempo, no treinamento das suas forças em direitos humanos e Direito Internacional Humanitário. As nações amigas que destacaram forças militares para ajudar no combate ao extremismo violento em Cabo Delgado devem respeitar Moçambique, fazendo lembrar aos seus homens e mulheres a importância de respeitarem os direitos humanos e o Direito Internacional Humanitário, especialmente em áreas onde há grandes investimentos”. Apesar de reconhecer que os investidores têm todo o direito de proteger as suas propriedades recorrendo a empresas de segurança privada, Anton Bonnici defende que em nenhuma circunstância elas devem violar os direitos humanos. “A sociedade civil deve trabalhar com empresas de segurança privada consciencializando-as sobre a importância do respeito de direitos humanos. Quanto mais os trabalhadores das empresas de segurança privada estiverem treinadas sobre direitos humanos, elas terão maior consciência para evitar acções que resultem na sua violação”.

“É preciso que haja diálogo e uma vontade genuína das empresas internacionais de promover o conteúdo local”, Assif Osman, sector privado de Cabo Delgado

Em representação do sector privado de Cabo Delgado, falou Assif Osman. Antes de abordar o tema sobre “conteúdo local local”, Assif Osman começou por dizer que as precárias condições em que vive a população de Cabo Delgado também contribuiu para a eclosão e expansão do conflito. Por isso, ele defendeu que qualquer vitória militar que venha a ser obtida nos próximos tempos tem de ser necessariamente acompanhada por uma intervenção mais estrutural de carácter económico com vista a melhorar as condições de vida da população.

Sobre o conteúdo local, Assif Osman disse que desde que foram anunciados os grandes investimentos na área de hidrocarbonetos em Cabo Delgado houve um foco exagerado na questão legal relacionado com o conteúdo local. “Nós tínhamos um sector privado que advogava que devíamos ter uma lei de conteúdo local que obrigasse as empresas estrangeiras a obedecer alguns critérios na contratação de bens e serviços de empresas moçambicanas. Mas não se trata de uma questão legal, mais do que uma lei, precisamos de ter uma política de conteúdo local. Essa política deve criar condições para que o sector privado nacional e as empresas internacionais possam dialogar; e possa haver uma vontade



genuína das empresas internacionais em promover o conteúdo local. Como empresários baseados em Cabo Delgado, o que vemos é um jogo de gato e rato em que o mais importante é ganhar a simpatia dos media do que propriamente lutarmos pelo conteúdo local. O grande argumento que tem sido usado pelas empresas internacionais para não contratarem o conteúdo local ao nível daquilo que queríamos é a falta de preparação do empresariado local. Mas isto é um paradoxo enorme, porque é pre-

cisamente por não estarmos preparados que precisamos de ser promovidos. Não seria necessária uma política de promoção de conteúdo local se o empresariado moçambicano já estivesse preparado e fosse competitivo, deixaríamos que ele competisse no mercado sem nenhuma promoção. A impressão com que ficamos, posso estar a ser injusto, é que questões como padrão de qualidade e segurança têm sido usadas como desculpa para a exclusão de empresas locais. Mas quando as empresas internacionais não têm alternativas acabam usando os serviços das empresas locais e nessa altura esquecem as suas exigências. As empresas internacionais deviam sentar com empresas locais e escolher cinco ou sete áreas em que seja proibido, não por lei, mas por acordo de cavaleiros, contratar empresas estrangeiras. Vou citar só algumas áreas, como acomodação, catering e material de construção. Eu não consigo admitir que os moçambicanos não estejam preparados para servir comida às empresas internacionais. O que estamos a dizer é também do interesse das empresas internacionais, porque é importante que no País onde estão a investir sejam bem vistos pelas comunidades locais, coisa que neste momento não está a acontecer em Cabo Delgado”.

“Violência extrema não pode ser tratada como doença, mas como consequência da falta de alternativas e oportunidades económicas”, Brian Kagolo, Open Society Foundation

“Quando estamos num processo de construção de paz devemos ver as manifestações de violência local como manifestações da fragilidade de Estado de poder resolver o problema de falta de oportunidades. Não haverá paz, desenvolvimento e estabilidade se não houver alternativas no modo de vida das pessoas. A violência extrema não pode ser tratada como doença, mas como consequência da falta de alternativas e oportunidades económicas. Os fluxos de dinheiro e os investimentos socioeconómicos são mais importantes do que as abordagens e soluções militares. Nenhum País foi capaz de resolver o problema de violência extrema sem resolver os problemas de ins-



tabilidade económica e é impossível tratar de questões de violência extrema sem questionar a legitimidade dos decisores políticos. Em muitos países a violência extrema está em locais onde está instalada a indústria extractiva. O sector extractivo redimensiona a organização socioeconómica existente no local de exploração de recursos e novas dinâmicas são criadas. Isto é, muda a forma como as pessoas vivem. Por exemplo, no caso da pesca, quando existe uma actividade extractiva na zona marítima, a actividade piscatória fica directamente afectada, prejudicando a fonte de sustentação das comunidades. As soluções com mais sucesso têm sido aquelas que não atacam a indústria

extractiva, mas discutem como ela pode contribuir para o desenvolvimento local. A abordagem dos problemas que estão na origem da violência extrema deve ser

holística. A coesão social não pode ser tratada apenas ao nível local porque a solução vai muito além do local. Tem de ser regional, nacional, internacional e ao nível

de organizações multilaterais. Mas nenhuma estratégia terá sucesso se não incluir as pessoas que sofrem dos problemas da violência extrema”.

“Só soluções pensadas localmente é que podem ajudar a resolver os problemas do extremismo violento”, Lilla Schumicky – Logan, Fundo Global de Engajamento e Resiliência da Comunidade (GCERF)

“O GCERF é uma organização independente baseada na Suíça que trabalha com organizações nacionais e locais na prevenção da violência e no fortalecimento da resiliência das comunidades contra o extremismo violento. Estamos em muitos países africanos e trabalhamos com actores nacionais e locais. O GCERF acredita que só soluções pensadas localmente é que podem ajudar a resolver os problemas do extremismo violento. As comunidades de Cabo Delgado desejam ser ouvidas pelas autoridades, elas querem ter acesso a oportunidades de desenvolvimento económico porque se sentem excluídas. Nas zonas onde o conflito ainda está activo é praticamente impossível levar a cabo essas oportunidades, mas é importante começar a trabalhar nas zonas periféricas onde o problema se pode alastrar, como Nampula e Niassa. O engajamento civil não funciona sem oportunidades económicas e é aqui onde o sector privado é chamado a intervir. Temos que mobilizar e trabalhar com



os jovens mais vulneráveis ao recrutamento. Os critérios de vulnerabilidade são definidos pelos próprios líderes locais porque conhecem os factores de vulnerabilidade a recru-

tamento. Por isso, é importante trabalhar com instituições e agências que estão estabelecidas localmente. É importante recuperar a confiança através de fóruns onde as pessoas possam falar aberta e livremente e discutir os problemas locais. Trabalhar com os indivíduos e com as estruturas existentes, criar e engajar plataformas a vários níveis – nacional, provincial e local - em que todos os actores estão envolvidos é a melhor forma de atacar os problemas. Este encontro é um ponto de viragem não só em relação a Cabo Delgado, mas também para Nampula, Niassa e sul da Tanzânia. Isso porque os aspectos regionais não podem ser ignorados no combate e prevenção do extremismo violento. A GCERF está pronta para apoiar, quer do lado de Moçambique quer do lado de Tanzânia. A mudança não acontece em dois ou seis meses, o que se pretende é uma mudança de comportamento nas comunidades e ao nível de topo e isso leva três a quatro anos”.

“Trabalhamos no reforço da coesão social para criar resiliência comunitária ao extremismo violento”, Fundação Aga Khan

“A Fundação Aga Khan é um actor da sociedade social que trabalha no desenvolvimento e fortalecimento comunitário. Iniciamos as nossas actividades em Cabo Delgado em 2001, por isso somos um actor com bastante experiência na província. Criamos um modelo que começa nas comunidades, porque elas conhecem os seus problemas e as soluções para os mesmos. Às vezes o que falta é uma estratégia ou recursos, por isso nós estamos lá para apoiar. O nosso modelo chama-se Comité de Desenvolvimento da Aldeia, onde incluímos a questão da liderança comunitária, o empoderamento da mulher, o envolvimento de jovens e a governança local. É um modelo que estamos a desen-



volver desde 2007 e trabalhamos no reforço da coesão social para criar a resiliência comunitária ao extremismo violento. Em sete distritos conseguimos ajudar na criação de 212 organizações de base comunitária, mas alguns distritos foram afectados pelo extremismo violento. No Distrito de Metuge, por exemplo, dos 33 Comités de Desenvolvimento de Aldeia, 13 não estão activos devido ao conflito. Mas os 20 que estão activos organizaram-se para receber e acolher as famílias deslocadas. São ao todo 23.203 pessoas que foram acolhidas em 20 aldeias. Trabalhamos com o Governo da Província de Cabo Delgado e com a Agência de Desenvolvimento Integrado do Norte (ADIN)”.

“É importante ter uma estratégia de assistência humanitária por cada distrito afectado pelo extremismo violento”, Joana Martins, Voluntários Anónimos de Moçambique (VAMOZ)

“Em finais de Abril último as pessoas não tinham nada para comer, vivam de mandioca. Tínhamos crianças e mães a morrerem de anemia e malnutrição. Diariamente estamos a distribuir papas para mais de 800 pessoas vulneráveis e neste momento já distribuimos mais de 31 mil refeições. Desde que começamos com o programa ainda não registamos mortes por malnutrição. Estamos a apoiar pescadores para iniciarem com a sua actividade. É essencial que os mercados voltem a funcionar em Palma para evitar a perpetuação da ajuda alimentar, é preciso auxiliar os sectores formal e informal para que haja criação de oportunidades



de emprego. É importante ter uma estratégia de assistência humanitária por cada distrito afectado pelo extremismo violento em Cabo Delgado. E essa estratégia deve ser conhecida por todos os intervenientes na cadeia de assistência humanitária. É importante que todos os actores reconheçam o papel das organizações moçambicanas na resposta humanitária. Muitas vezes as organizações moçambicanas aparecem como subcontratadas das grandes organizações internacionais. Todas as forças militares que estão em Cabo Delgado, todas as agências e organizações humanitárias devem ter domínio e respeito pelos direitos humanos”.

“A ajuda humanitária deve incluir assistência psicossocial”, Júlia Wachave, Associação de Protecção à Mulher e Rapariga (PROMURA)

“Trabalhamos com mulheres e raparigas antes e durante o conflito. A vulnerabilidade das mulheres e das raparigas em Cabo Delgado é um problema que existe muito antes do início do conflito, mas agora aumentou devido à deslocação forçada das comunidades. E nesse processo as mulheres e as raparigas constituem o grupo mais vulnerável. Do trabalho que temos vindo a realizar constatamos que as mulheres deslocadas são discriminadas nas comunidades de acolhimento. Por exemplo, elas são as últimas a tirar água nos fontanários públicos, normalmente a partir das 14h00. Em algumas comunidades de acolhimento de-



paramo-nos com casos de famílias que tiveram de entregar uma menina para conseguir um espaço para fixar residência, e notamos também muitas limitações no acesso a serviços básicos de saúde. As casas improvisadas para as famílias deslocadas não oferecem condições de privacidade sobretudo para as mulheres. Criamos um grupo de sociedade civil que faz a monitoria das doações que chegam na província, mas não é fácil ter uma base de dados. A ajuda humanitária deve incluir assistência psicossocial. Nas visitas que fizemos aos centros de deslocados identificamos mais de 100 pessoas que tinham traumas”.

“Falta de informação cria oportunismos e narrativas de preconceitos sobre a comunidade muçulmana”, Erick Kabendera, pesquisador da Tanzânia

“As Forças Armadas da Tanzânia acusam as comunidades que vivem nas zonas próximas à fronteira com Moçambique de colaborar com os insurgentes, de serem informantes. Mas as comunidades dizem que as Forças Armadas só aparecem uma ou duas semanas depois dos ataques, elas não se sentem protegidas e negam ser informantes dos extremistas violentos. Outra questão preocupante é que as operações militares contra os insurgentes mostram que existe um foco contra jovens muçulmanos suspeitos. Isso tem contribuído para o aumento de desconfiança



das comunidades em relação às Forças Armadas e cria insatisfação. Tem havido também um discurso das autoridades de que os jovens e crianças são radicalizados nas escolas muçulmanas, as madraças. As madraças são olhadas como veículos de instrução e recrutamento de jovens para integrar os grupos extremistas. Essa percepção das autoridades é vista como um ataque pela comunidade muçulmana. A falta de informação cria oportunismos e narrativas de preconceitos sobre a comunidade muçulmana”

“Relação entre a força conjunta e as comunidades melhorou, bem como o respeito pelos direitos humanos”, Delphine Fauque, representante da petrolífera Total

“Estamos a trabalhar no engajamento da força conjunta destaca em Afungi no sentido de observar e respeitar os princípios dos direitos nas suas operações e no seu relacionamento com as comunidades. A Total continua a engajar as comunidades e a força conjunta na criação de um bom relacionamento e um ambiente de confiança mútua. E temos estado a registar melhorias no relacionamento entre a força conjunta e as comunidades, bem como no respeito pelos direitos humanos. Nosso compromisso é continuar a trabalhar e a apoiar todos os actores envolvidos na restauração da segurança e da estabilidade. Continuamos também a apoiar as comunidades locais das mais variadas formas”.





INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana e Betuel Chau
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PROGRAMMATIC PARTNER

FINANCING PARTNERS

